



Ata nº 01 do Quadriénio 2017/2021

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro, do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu a Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, nas respetivas instalações, estando presentes todos os membros do executivo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Exercício de Funções em Regime de Meio Tempo;

Ponto 2 – Delegação de competências da Junta de Freguesia no seu Presidente, durante o mandato autárquico de 2017/2021 (artigo 17º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro);

Ponto 3 – Distribuição de cargos, Funções e Pelouros;

Ponto 4 – Designação do Substituto Legal;

Ponto 5 – Assinatura dos Atestados na falta do Presidente;

Ponto 6 – Funcionários de Assessoria e de Apoio à Assembleia de Freguesia;

Ponto 7 – Assinaturas de Cheques e Contas Bancárias;

Ponto 8 – Horário de Expediente;

Ponto 9 – Periodicidade das Reuniões;

Ponto 10 – Tabela de Taxas e Licenças

No que diz respeito ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, declarou aberta a reunião, colocando à consideração dos presentes, a intenção do exercício das suas funções como Presidente da Junta em regime de meio tempo, como consta na lei, “MANDATO EM REGIME DE TEMPO INTEIRO E MEIO TEMPO- Lei nº 11/96, de 18 de Abril, art.º 1º da Lei 169/99 alterada pela Lei 5ºA/2002. Pelo exposto a Junta de Freguesia deliberou aprovar por unanimidade a informação apresentada pelo Presidente da Junta.

Quanto ao ponto dois, a delegação de competências da Junta de Freguesia no seu Presidente, durante o mandato autárquico de 2017/2021, conforme previsto no artigo nº 16 da Lei nº 75 /2013, de 12 de Setembro, foi colocada, pelo Presidente à consideração dos restantes membros da Junta de Freguesia a seguinte proposta:

Considerando que o exercício das competências exige celeridade processual, tornando consequentemente, as decisões mais céleres e eficazes; considerando que, com esta medida, a gestão autárquica se torna mais vantajosa, saindo beneficiado, não só os



serviços da freguesia, mas fundamentalmente, os munícipes em geral, **proponho que a Junta de Freguesia delibere**, ao abrigo do artigo 16º, conjugado com o n.º 1 do artigo 17.º e 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, **delegar no Presidente da Junta todas as competências atribuídas por lei à Junta de Freguesia, com exceção daquelas que sejam indelegáveis, como consta no ponto 1 do artigo 17º da referida lei.** Feitas que foram algumas considerações sobre a proposta em apreço, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Relativamente aos pontos três, quatro e cinco foram apresentadas pelo Sr. Presidente as seguintes atribuições:

- 1- Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Presidente da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, no uso da competência que me confere o nº 2, b), do artigo 18º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, designa para seu substituto nas situações de faltas e impedimentos, Francisco José Ramos Castanheira Pinto;
- 2- Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Presidente da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, no uso da competência que me confere o nº 2 do artigo 18º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, incumbe a Secretária, Ana Isabel Ledesma Fernandes, de desempenhar as seguintes funções:
 - a) Elaborar as atas das reuniões da Junta de Freguesia;
 - b) Certificar mediante despacho do Presidente, dos factos e atos que constem dos arquivos da freguesia e, independente de despacho, o conteúdo das atas das reuniões da Junta;
 - c) Subscriver os atestados que devem ser assinados pelo Presidente;
- 3- Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Presidente da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, no uso da competência que me confere o nº 3, do artigo 18º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, incumbe o Tesoureiro Francisco José Ramos Castanheira Pinto, de desempenhar as seguintes funções:
 - a) Arrecadar as receitas; o pagamento das despesas autorizadas e a escrituração dos modelos contabilísticos da receita e da despesa, com base nos respetivos documentos que são assinados pelo Presidente.
 - b) Subscriver os atestados que devem ser assinados pelo Presidente;

A Junta tomou conhecimento tendo todos os membros aceite as suas funções.



Por decisão e acordo dos presentes, e conforme o constante no artigo 7º, ponto 2, da lei 75/2013 de 12 de Setembro, foi atribuída a coordenação dos vários domínios, nomeadamente: Ao Presidente da Junta, Coordenação Geral, Protecção Civil, Recursos Humanos, Gestão Financeira e Toponímia; à Secretária, a área da Educação, Ação Social e Cultura; ao Tesoureiro, Gestão Financeira, Património, Desporto e Tesouraria; ao primeiro vogal, a área da Educação, Formação e Ambiente; ao segundo vogal, Património e Manutenção.

Quanto ao ponto seis, foi deliberado que a funcionária Carla Ferreira efetuará a assessoria e o apoio à Assembleia de Freguesia.

No ponto sete, foi deliberado que, relativamente ao movimento das contas bancárias e assinaturas dos cheques, as três assinaturas obrigatórias serão as do Presidente, Tesoureiro e Secretária, nunca podendo ser realizada nenhuma transação sem pelo menos duas assinaturas de entre os três designados.

No ponto oito foi deliberado que a Junta de Freguesia funcionará com horário contínuo, com abertura às nove horas e encerramento às dezoito horas.

No tocante ao ponto nove deliberou-se que as reuniões do órgão executivo da Junta de Freguesia realizar-se-ão semanalmente, às quintas-feiras pelas vinte e uma horas, sendo que a última reunião de cada mês será aberta ao público.

No tocante ao ponto dez, deliberou a Junta de Freguesia manter a tabela de taxas e licenças até à entrada em vigor do próximo orçamento.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos os presentes.

O Presidente, *Egídio Manuel Rodrigues Figueira*

A Secretária, *Ana Isabel Ledesma Fernandes*

O Tesoureiro, *João Paulo*

1º Vogal, *João Nuno Ferreira Reis*

2º Vogal, *João Batista Pinela*